Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia", ou "SKER") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de outras empresas nas áreas de geração de energia elétrica. A Companhia teve sua razão social alterada no dia 13 de julho de 2015 (atual denominação da Desenvix Energias Renováveis S.A.).

Como parte do processo de integração, o Grupo Statkraft iniciou uma investigação interna de determinados contratos firmados pela administração anterior, sendo que a Companhia indicou às autoridades responsáveis, os achados de tal investigação. Presentemente, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos, a administração concluiu que nenhuma provisão para perdas é requerida. Na data das demonstrações financeiras, a Companhia não havia recebido qualquer intimação ou questionamento em relação a esses contratos, tampouco existem processos em andamento relacionados a esse assunto.

Em Setembro de 2016, a Companhia foi notificada no âmbito do Procedimento de Investigação Criminal No. 1.16.000.000993.2016-70 ("caso FIP CEVIX"), do Ministério Público Federal, que investiga crimes potenciais cometidos por indivíduos em relação às operações realizadas pelos quatro principais fundos de pensão do Brasil. A referida investigação inclui a a puração de supostas irregularidades no ingresso da FUNCEF (ANIPA) contra o fundo de pensão, pessoas físicas e empresas, incluindo a Companhia, com base no mesmo escopo investigado no âmbito do caso FIP CEVIX. Presentemente, com base nas opiniões do assessores jurídicos internos e externos, a administração concluiu que nenhuma provisão para perdas é requerida.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas de IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Consolidação

As seguintes definições ligadas às políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(c) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiras.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Moedas funcionais e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo estão mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4 Apresentações de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração, comercialização e operação e manutenção de ativos de geração de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita do Grupo nos anos de 2016 e 2015.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos e recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo estão em "Contas a receber de clientes e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 2.5 e 2.7).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, ou que estejam designados nessa categoria ou ainda que não sejam classificados em nenhuma das outras categorias anteriores. Estes ativos financeiros são investimentos que estão apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras" ou "Outros resultados operacionais".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preco de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Em caso de evidência objetiva de impairment, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida no resultado, a perda por impairment é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por impairment reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Instrumentos financeiros derivativos por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

2.8 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos , as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

2.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

Nesse ínterim, as despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura, mais seguro regulatório referente repactuação hidrológica advinda da Lei 13.203 de 08 de dezembro de 2015.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 12, estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

Com relação aos bens reversíveis, incluindo os terrenos, no vencimento da concessão ou autorização, contabilizados no Ativo Imobilizado, a Companhia determinou seu valor residual como sendo zero.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Intangível

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Estudos de projeto

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, estudos de viabilidade e estudos ambientais do possível aproveitamento hidrelétrico, eólico, solar e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Tais estudos quando da aprovação pela ANEEL para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios. Quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, nesse momento o ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, desde que haja há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, possuindo a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão repassados / faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a parte relacionada, ou ainda considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Já os gastos com pesquisa, quando incorridos previamente de qualquer anuência ANEEL ou obtenção da licença operacional, são reconhecidos diretamente como despesas no resultado.

(c) Uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina. Na presente demonstração financeira consolidada, referido

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contrato é atualmente firmado pela UHE Monel Monjolinho Energética S.A,

(d) Licenças

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil das barragens ou prazo de concessão. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível (licenças de operação) e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível (Nota 13).

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Concessões a pagar

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda diferido e a contribuição social diferida são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Esses tributos são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

(a) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, via de regra são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.18 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.19 Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.20 Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia elétrica

Estas receitas são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - sistema integrado nacional. Para àquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia – a receita é reconhecida conforme sua garantia física, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina há a aplicação do GSF (Generation Scalling Factor), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

(b) Venda da prestação de serviços de O&M – Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, à depender da natureza de cada serviço prestado.

2.21 Normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

- . IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes" Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 "Contratos de Construção", IAS 18 "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- . IFRS 16 "Operações de Arrendamento Mercantil" com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.22 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de Bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. A vida útil dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

Os índices de alavancagem podem ser verificados conforme segue:

		Controladora
	2016	2015
Total dos financiamentos Menos: caixa e equivalentes de caixa Menos: aplicação financeira restrita	17.775 45.777	9 17.454 40.1 <u>55</u>
Dívida líquida	(63.552)	(57.600)
Total do patrimônio líquido	771.997	775.135
Total do capital	708.445	717.535
Índice de alavancagem financeira - %	(8,97)	(8,03)

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado
	2016	2015
Total dos financiamentos Menos: caixa e equivalentes de caixa Menos: aplicação financeira restrita	473.868 140.761 91.123	512.280 79.905 82.356
Dívida líquida	241.984	350.019
Total do patrimônio líquido	772.004	771.681
Total do capital	1.013.988	1.121.700
Índice de alavancagem financeira - %	23,86	31,20

5 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora	Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos Aplicações financeiras	15 17.760	843 16.611	4.364 136.397	11.519 68.386
	17.775	17.454	140.761	79.905

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundo de Renda Fixa, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

6 Contas a receber

	Controladora			Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Fornecimento de energia elétrica (i) Clientes - Serviços de terceiros (ii)			44.871	33.968 6.234
Transações realizadas com a CCEÉ (iii) Provisão para devedores duvidosos (v)			41.482	30.784 (873)
Contas a receber partes relacionadas (iv)	2.828	598	1.453	
Total	2.828	598	87.806	70.113
Ativo Circulante Ativo não circulante	2.828	598	65.627 22.179	39.329 30.784

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo as Fontes de Energia Elétrica), CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e outros terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias;
- (ii) Saldos de recebíveis de clientes da subsidiária Enex O&M de Sistema Elétricos Ltda;
- (iii) Saldo mantido no ativo não circulante do excedente de geração de energia acima de 130% ao montante contratado pelo CER (Contrato de Energia de Reserva) mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem o Complexo Eólico da Bahia, que é recebido ao final da apuração de cada ano contratual, em doze meses;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Saldos de serviços prestados entre as empresas do grupo; e
- (v) Provisão para perda de títulos com liquidação duvidosa da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

7 Operações descontinuadas

Ratificando o acordo firmado em 13 de fevereiro de 2015 entre Jackson Empreendimentos S.A. e Statkraft Investimentos Ltda., na data de 14 de abril de 2015 foi assinado pelos acionistas da Companhia o Contrato de Compra e Venda de Ações, onde consta transferência para Jackson dos ativos e passivos de 100% investimento detido pela Statkraft na companhia ENERCASA - Energia Caiuá S/A. Por conta deste evento a Companhia passou a tratar este investimento como uma operação descontinuada. A operação de venda deste investimento foi concluída no dia 13 de julho de 2015.

O Grupo Statkraft não tem em seu core business a prestação de serviços à terceiros, sendo o foco deste a geração de energia elétrica através de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos da ENEX a terceiros (sempre com anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a ENEX a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

A análise do resultado de operações descontinuadas e o resultado reconhecido na remensuração de grupo de ativos mantidos para venda são apresentados a seguir:

Enercasa		2015
Prejuízo operacional das operações descontinuadas		(4.652)
Resultado financeiro		(2.066)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas		(6.718)
Enex	2016	2015
Prejuízo operacional das operações descontinuadas	(2.140)	(156)
Resultado financeiro	85	19
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(2.055)	(137)

8 Aplicações financeiras restritas

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Moinho e da UHE Monel, bem como com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra e Macaúbas, tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais despesas acessórias, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (Nota 15).

Também em virtude da venda das ações da SKER (anteriormente Desenvix) para Statkraft Investimentos Ltda., foi recebido em depósito (por parte Jackson Empreendimentos S/A) o montante de R\$ 38.600 como garantia ao litígio da investida BBE – Brasil Bioenergia. Este montante foi destinado à aplicação financeira restrita e somente será movimentado em função desta contingência.

As aplicações financeiras restritas estão basicamente com os seguintes bancos: Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com rentabilidade referenciada no CDI.

Statkraft Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

		Controladora
	2016	2015
No início do exercício	40.155	11.170
Aplicações		38.600
Rendimentos	5.622	3.010
Resgates		(12.625)
No final do exercício	45.777	40.155
		a 111 1
		Consolidado
	2016	Consolidado 2015
No início do exercício	2016 82.356	
Aplicações		2015
	82.356	2015 51.170
Aplicações Rendimentos Resgates	82.356 1.661	2015 51.170 38.600
Aplicações Rendimentos	82.356 1.661 10.740	2015 51.170 38.600 7.616
Aplicações Rendimentos Resgates	82.356 1.661 10.740 (3.479)	2015 51.170 38.600 7.616

Partes relacionadas 9

Contas a receber e a pagar	C	ontroladora		Consolidado
1 0	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
Contas a receber				
Energen S.A. (i)	297			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. (i)	125		125	
Esmeralda S.A. (i)	36		_	
Macaúbas Energética S.A. (i)	99	62		
Moinho S.A. (i)	227	215		
Monel Monjolinho Energética S.A. (i)	202			
Novo Horizonte Energética S.A. (i)	78	63		
Passos Maia Energética S.A. (i)	97		97	
Statkraft Chile Inverciones Elétricas Ltda. (ii)	948		948	
Statkraft Energia do Brasil Ltda. (ii)	242			
Statkraft Peru. (ii)	61			
Statkraft AS. (ii)	209		209	
Santa Laura S.A. (i)	8o	62		
Santa Rosa S.A. (i)	43	127		
Seabra Energética S.A. (i)	84	69		
	2.828	598	1.379	
Dividendos a receber				
Energen S.A		890		
Esmeralda S.A.	0.600			
Esmeraida S.A. Macaúbas Energética S.A.	3.692	2.971		
Moinho S.A.	5.044	96		
Monel Monjolinho Energética S.A.	5.344	2046		
Novo Horizonte Energética S.A.	4.693 60	5.083		
		3.131	. 000	0400
Passos Maia Energética S.A	1.832	2192	1.832	2192
Santa Laura S.A.	1.531	2.864		
Santa Rosa S.A.	4.130	1.926		
Seabra Energética S.A.	395	3.389		
	21.677	24.588	1.832	2.192

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.739 6.289 12.000	2.628 1.285 178.040 360 5.933 14.619 4.362 967 2.124	1.739 6.289	2.628 1.285 5.933
20.028	210.318	8.028	9.846
44.533	235.504	11.239	12.038
	6.289 12.000	1.739 1.285 178.040 360 6.289 5.933 12.000 14.619 4.362 967 2.124 20.028 210.318	1.739 1.285 1.739 178.040 360 6.289 5.933 6.289 12.000 14.619 4.362 967 2.124 20.028 210.318 8.028

	Controladora			Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Passivo circulante				
Fornecedores				
Statkraft Energia do Brasil (vii)	525		1062	
Statkraft AS	562		562	
Partes relacionadas				
Statkraft investimentos Ltda. (viii)	5	616	5	616
Total do passivo	1.092	616	1.629	616

- (i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados entre controladora e suas controladas no Brasil.
- (ii) Saldos a receber de partes relacionadas no Brasil (em projetos, sociedades, etc) e outras partes relacionadas no exterior.
- (iii) Saldo de mútuo decorrente de cláusulas condicionantes do contrato de compra e venda de ações entre SKER e Água Quente, controladores da subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., saldo provisionado para perda no exercício de 2016;
- (iv) Saldo de mútuo entre a controladora e controlada. Quitação de dívida da subsidiária Energen Energias Renováveis S.A. via aporte de capital, diretamente convertido em capital social.
- (v) Saldo de mútuo devido pelo acionista FUNCEF, referente ao contrato de mútuo e valores pelo reembolso dos custos com a venda de participação acionária ocorrida no dia 8 de março de 2012;
- (vi) Saldo de mútuo entre a controladora e as controladas (sem incidência de encargos financeiros);
- (vii) Saldos a pagar referente serviço tomado de outras partes relacionadas; e
- (viii) Garantias e avais corporativos prestados pela controladora.

Statkraft Energias Renováveis S.A. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Vendas de serviços prestados

	Controladora			Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Receitas de prestação de serviços				
Energen Energias Renováveis S.A	1.218			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	301		301	
Esmeralda S.A.	895	1.127		
Macaúbas Energética S.A.	1.021	741		
Moinho S.A.	871	614		
Monel Monjolinho Energética S.A.	1.061	3.433		
Novo Horizonte Energética S.A.	994	752		
Passos Maia Energética S.A.	956	1.028	956	1.028
Santa Laura S.A.	939	739		
Santa Rosa S.A.	902	1.510		
Statkraft Chile Inverciones Elétricas Ltda.	1.330		1.330	
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	2.911		2.911	
Statkraft Investimentos Ltda.	212		212	
Statkraft Peru S.A.	103		103	
Seabra Energética S.A.	1.005	826		
	14.719	10.770	5.813	1.028

Investimentos ao valor justo 10

Os respectivos investimentos abaixo, não possuem influência significativa nos negócios da companhia e são reconhecidos a valor justo.

Outras participações	Participação %	2016	2015
Companhia Energética Rio das Antas - Ceran	5,00	70.184	53.372
Dona Francisca Energética S.A.	2,12	9.278	7.958
		79.462	61.330

Investimentos 11

C	ontroladora		Consolidado
2016	2015	2016	2015
589.051	493.689		
32.233	32.928	28.692	29.387
621.284	526.617	28.692	29.387
	2016 589.051 32.233	589.051 493.689 32.233 32.928	2016 2015 2016 589.051 493.689 28.692 32.233 32.928 28.692

Statkraft Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, são assim demonstradas:

	Controladora	
	2016	2015
Empresas controladas		
Energen Energias Renováveis S.A.	108.089	1.683
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.		4.178
Esmeralda S.A.	51.437	39.584
Macaúbas Energética S.A.	42.496	46.766
Moinho S.A.	46.416	48.827
Monel Monjolinho Energética S.A.	144.076	129.009
Novo Horizonte Energética S.A.	51.468	50.403
Santa Laura S.A.	35.413	30.499
Santa Rosa S.A.	65.064	58.869
Seabra Energética S.A.	53.239	50.720
Total dos investimentos em controlada	597.698	460.538
Ágio na aquisição de investimentos	(3.541)	38.458
Lucros não realizados na controlada	(5.106)	(5.307)
	589.051	493.689
Empresas coligadas		
Passos Maia Energética S.A.	28.692	29.387
Total dos investimentos em coligadas	28.692	29.387
Ágio - direito de concessão	3.541	3.541
Total dos investimentos	32.233	32.928
	621.284	526.617

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2016	Participação no capital social - %	Ativo_	Passivo	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos	realizados no período 31 de dezembro de 2016
Empresas controladas							
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	113.914	123.495	(9.581)	(9.581)	(9.431)	
Esmeralda S.A.	100	75.183	59.637	15.546	15.546	15.558	(12)
Macaúbas Energética S.A.	100	161.352	165.576	(4.225)	(4.225)	(4.225)	
Moinho S.A.	100	97.455	93.902	3.553	3.553	3.621	(68)
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	376.344	356.584	19.760	19.760	19.852	(92)
Novo Horizonte Energética S.A.	100	143.122	142.869	253	253	253	
Santa Laura S.A.	100	58.688	52.244	6.444	6.444	6.460	(16)
Santa Rosa S.A.	100	130.931	113.540	17.391	17.391	17.471	(80)
Seabra Energética S.A.	100	143.587	141.924	1.663	1.663	1.663	
Participação nos lucros de controladas						51.223	(268)
Empresas coligadas BBE Bioenergia S.A.	12,5						
Passos Maia Energética S.A.(controlada em conjunto) Participação nos lucros de coligadas	50	132.376	116.949	15.427	15.427	7.714 7.714	
Participação total nos lucros de coligadas e con	troladas					58.937	

Equivalência

Lucros

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. (em 31 de dezembro de 2016) foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas de R\$ 1.971, R\$ 129, R\$ 199, R\$ 1.315 e R\$ 1.425 (2015 – R\$ 2.063, R\$ 141, R\$ 215, R\$ 1.395 e R\$ 1.493), respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos investimentos no período de 2016 e 2015 pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
	2015	2015
Em 1º de janeiro de 2015	618.069	180.990
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital	1.020	1.020
Participação nos lucros de controladas	78.935	
Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	9.231	9.231
Dividendos	(20.161)	(5.439)
Amortização de ágio	(1.150)	
Capitalização (Amortização) de juros capitalizados	(1.024)	1.888
Provisão para perda em investimentos	(655)	(655)
Custo na alienação de investimentos (i)	(157.648)	(157.648)
Em 31 de dezembro de 2015	526.617	29.387

	Controladora	Consolidado
	2016	2016
Em 1º de janeiro de 2016	526.617	29.387
Aporte de capital (ii)	180.620	
Mudança na participação relativa de controlada e coligada	(3.612)	
Baixa do Passivo a descoberto c/ aporte de capital	(65.630)	
Participação nos lucros de controladas	51.223	
Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	7.714	7.714
Amortização de ágio	(767)	
Impairment do ágio (iii)	(37.703)	
Reversão dividendos	3.149	
Dividendos	(35.911)	(8.409)
Transferência para operação em descontinuidade	(4.178)	
Amortização de juros capitalizados	(238)	
Em 31 de dezembro de 2016	621.284	28.692

- (i) Valor de transferência dos custos dos investimentos liquidados nas linhas de transmissão MGE e Goiás, e na Enercasa. A operação de venda desses investimentos foi concluída (vide nota 7).
- (ii) No dia 05 de agosto de 2016, a SKER aumentou sua participação no capital social da controlada Energen em 177.824 milhões de reais, passando sua participação de 95% (noventa e cinco por cento) para 99,99% (noventa e nove, noventa e nove por cento), O aumento de capital foi realizado mediante a capitalização de crédito de igual valor detido pela acionista SKER contra a subsidiária Energen. A AGE do dia 13 de outubro de 2016 autorizou o aumento de capital no valor de 6.400 milhões de reais com direito de preferencia a Acionista Statkraft, que subscreveu e integralizou a totalidade no dia 16 de novembro de 2016.
- (iii) No cenário do teste de impairment realizado, o Grupo considerou como unidades geradoras de caixa suas controladas e coligadas, tendo em vista que estas geram fluxos de caixa que podem ser identificados separadamente.

O ágio registrado contabilmente é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas conforme resumo abaixo:

		Consolidado
	2016	2015
Energen S.A.		6.970
Enex O&M de Sistema Elétricos Ltda		30.349
Passos Maia Energética S.A.	3.541	3.541
	3.541	40.860

O valor recuperável das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, com exceção à

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Enex O&M Sistemas Elétricos Ltda. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração até o período de Junho de 2045. Os fluxos de caixa foram projetados considerando o período de autorização da usina com base numa taxa de crescimento por IPCA conforme previsto nos contratos de compra de energia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do mercado.

Para cada UGC com valor relevante de ágio, foram consideradas como premissas-chave aplicadas para cálculo, do valor em uso a estimativa de geração para os períodos futuros, as previsões de custos operacionais, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e a taxa de desconto pertinente. Segue resumo das premissas adotadas:

	2010
Volume de geração (% de taxa de crescimento anual)	(0,5)
Custos operacionais – R\$	7.600
Dispêndio anual para aquisição de imobilizado – R\$	900
Taxa de desconto (%)	12,8

O volume de geração é a média anual da taxa de crescimento no período previsto dos próximos 5 anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

Custos operacionais são os custos fixos e de manutenção das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de geração ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. Os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de cinco anos.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito aos desembolsos de caixa esperados para manutenção da estrutura das usinas e se baseia na experiência histórica da administração. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

A perda por *impairment* para a UGC Energen originou-se da produção inferior à expectativa projetada pela Administração. Houve o reconhecimento da perda por *impairment* no ativo imobilizado desta investida no montante de R\$6.400 e a baixa integral do ágio registrado na aquisição pela controladora no total de R\$ 6.970.

Para UGC Enex, a perda por *impairment* se deu pelas decisões estratégicas da Administração que refletem a ausência de uma expectativa de rentabilidade futura para este ativo. O valor recuperável com base no valor em uso, não foi considerado para mensuração da perda de *impairment*, visto que a empresa não tem indicativos observáveis para o reconhecimento de baixa de ativos nesta investida. Foi registrada uma perda de R\$ 30.732 conforme o valor contábil total do ágio para este período.

Statkraft Energias Renováveis S.A. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado 12

	Usinas e outros	Sistema de conexão	Obras em andamento	Total
Em 01 de janeiro de 2015	1.059.714	69.738	12.952	1.142.404
Adições	1.774		3.896	5.670
Amortização de encargos financeiros capitalizados	(262)			(262)
Transferência entre contas	(1.855)	(590)	2.445	
Depreciação	(48.908)	(2.888)		(51.796)
Baixas	(228)		(50)	(278)
Operações descontinuadas	(64.475)	(5.519)		(69.994)
Em 31 de dezembro de 2015	945.760	60.741	19.243	1.025.744
Adições	1.739		4.308	6.047
Amortização de encargos financeiros capitalizados	(260)			(260)
Transferência entre contas	(8.196)	11.907	(3.711)	
Depreciação	(47.466)	(3.630)		(51.096)
Provisão de perda por redução ao valor recuperável	(6.400)			(6.400)
Baixas	(3)	(23)	(3)	(29)
Operações descontinuadas	(1.699)			(1.699)
Em 31 de dezembro de 2016	883.475	68.995	19.837	972.307

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	Taxa média ponderada %
Usinas e outros	
Reservatório, barragens e adutoras	4,23
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,99
Máquinas e equipamentos	4,31
Móveis e utensílios	6,25
Equipamentos informática e outros	14,29
Sistemas de conexão	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,66
Máquinas e equipamentos	4,00

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível

				Consolidado
			2016	2015
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Uso do Bem Público (UBP) Ágio na aquisição de investimento (i)	50.990	(13.957)	37.033	38.853 30.349
Direito de autorização (ii)	3.541		3.541	10.511
Licenças de operação	27.864	(24.505)	3.359	6.886
Contratos firmes				1.150
Outros (iii)	7.258		7.258	7.519
,	89.653	(38.462)	51.191	95.268

As taxas anuais de amortização do ativo intangível são:

	Taxa média - %
Uso do Bem Público (UBP)	3,57
Licenças de operação	20 a 25
Contratos firmes	20

- (i) Saldo referente ágio de expectativa de rentabilidade futura sobre a controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.
- (ii) Refere-se à *goodwill* da investida Passos Maia Energética S.A. em 31 de dezembro de 2016, (3.541) e em 31 de dezembro de 2015, Passos Maia, Energen Energias Renováveis S.A (R\$ 3.541 e R\$ 6.970) respectivamente.
- (iii) Refere-se a juros capitalizáveis sobre empréstimos ponte quando da implantação das usinas.

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2015	14.731	116.210
Adição de intangível	312	1.059
Amortização ágio sobre contratos firmes		(1.150)
Amortização da UBP, licenças e outros	(42)	(6.163)
Provisão para ajuste ao valor recuperável (i)	(14.688)	(14.688)
Em 31 de dezembro de 2015	313	95.268
Em 1º de janeiro de 2016	313	95.268
Adição de intangível	113	129
Transferência entre contas Ágio	3.541	(37.703)
Amortização ágio sobre contratos firmes		(767)
Amortização da UBP, licenças e outros	(140)	(5.736)
Em 31 de dezembro de 2016	3.827	51.191

(i) No 3º trimestre de 2015 a Companhia avaliou a recuperabilidade dos ativos intangíveis referentes projetos em desenvolvimento. Nesta data foi identificado que estes ativos não atendiam os requisitos mínimos previstos pelo CPC 04 Ativos Intangíveis para sua manutenção, resultando assim a sua baixa (R\$ 14.688).

14 Propriedades para investimentos

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantações futuras de PCHs para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projeto básico adquiriu antecipadamente terras nas proximidades onde se tem a intenção de construir as usinas (área a ser atingida pelo reservatório), já que esta uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 01 de janeiro de 2015	25.250
Saldo em 31 de dezembro de 2015	25.250
Baixa para perda	(1.140)
Baixa Impairment	(7.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.177

15 Financiamentos

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em quase na sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs, e têm sua composição assim demonstrada:

	Controladora			Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Financiamento de obras - BNDES (i) Financiamento de obras - BNB (ii) Outros (Leasing)		Q	231.241 242.627	260.322 251.825
Outros (Leasing)		9		9_
		9	473.868	512.156
Passivo circulante			44.370	42.736
Passivo não circulante		9	429.498	469.544

A movimentação destes financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2015	142.867	858.602
Captações		128
Pagamentos	(158.319)	(409.200)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	15.328	62.630
Variação Monetária ativa		50.602
Destinação de operações descontinuadas		(50.639)
Outros	133	157
Em 31 de dezembro de 2015	9	512.280
Pagamentos	(9)	(79.443)
Encargos financeiros apropriados ao resultado		41.031
Em 31 de dezembro de 2016		473.868

(i) Financiamentos para construção de usinas hidroelétricas (BNDES)

			C	nsonaaao
		Encargos		
Empresas	Vencimento	financeiros % a.a	2016	2015
Monel Monjolinho Energética S.A.	Outubro de 2026	TJLP + 2,1	121.381	132.210
Santa Rosa S.A.	Fevereiro de 2023	TJLP + 3,8	45.718	52.479
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	38.742	41.467
Esmeralda S.A.	Abril de 2029	TJLP + 3,5	11.738	16.714
Santa Laura S.A.	Julho de 2020	TJLP + 3,5	13.662	17.452
			231.241	260.322

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avencas, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 8)" e "Movimento (centralizadora)". Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro. Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Statkraft Investimentos Ltda e Statkraft Energias Renováveis S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 8); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado. Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) com o BNDES vêm sendo atendidas.

(ii) Financiamentos para construção de usinas eólicas (BNB)

			Consonaaao
Vencimento	Encargos financeiros % a.a.	2016	2015
Julho de 2028	9,5	88.492	92.069
Julho de 2028	9,5	77.983	80.624
Julho de 2028	9,5	76.152	79.132
		242.627	251.825
	Julho de 2028 Julho de 2028	Vencimentofinanceiros % a.a.Julho de 20289,5Julho de 20289,5	Vencimento Encargos financeiros % a.a. 2016 Julho de 2028 9,5 88.492 Julho de 2028 9,5 77.983 Julho de 2028 9,5 76.152

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)". Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 8); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia. Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avencas, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) com o BNB vêm sendo atendidas.

16 Concessões a pagar

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 74.118 (R\$ 70.311 em 31 de dezembro de 2015) se refere integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50%. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

17 Impostos e contribuições

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Tributos retidos a recolher	64	14	283	368
Pis a recolher	5	5	1.899	536
Cofins a recolher	30	34	8.551	2.605
Outros tributos a recolher	4		8	955
IOF a recolher	28	16.584	28	16.584
	131	16.637	10.769	21.048
Passivo Circulante	131	16.637	9.996	19.924
Passivo não circulante			773	1.124

Controlodoro

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Outros passivos

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Provisão para mercado de curto prazo (i)			12.288	32.621
Provisão para licença ambiental (ii)			10.665	22.401
Seguro regulatório a pagar				1.426
Provisões pré-operacionais (iii)			1.728	1.963
Saldo de P&D (ANEEL) a pagar			1.585	
Proprietários de Áreas - Servidão	1.405	1.905	2.745	3.200
Arrendamento de terras			7.597	
Devolução de energia – CCEE (iv)			7.189	6.674
Outras contas a pagar	158	768	25.871	
	1.563	2.673	69.668	68.285
Passivo circulante	1.563	2.673	59.522	52.280
Passivo não circulante			10.146	16.005

- (i) Provisão do saldo a pagar pelas usinas de geração hidrelétrica referente às diferenças de liquidação do mercado de curto prazo;
- (ii) Saldo referente autorização emitida pelo órgão licenciador ambiental que atesta que o empreendimento está em conformidade com a legislação ambiental, estando apto a ser implantado ou operar;
- (iii) Valores provisionados na fase de implantação da usina são classificados no ativo imobilizado em curso; e
- (iv) Provisão de saldo de ressarcimento à CCEE pela geração inferior ao contratado conforme CER (Contrato de Energia de Reserva) da UEE Barra dos Coqueiros (Energen).

19 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2016, está representado por 143.347.224 de ações ordinárias nominativas (143.347.224 em 31 de dezembro de 2015), sem valor nominal.

20 Receita operacional líquida

		Controladora
	2016	2015
Receita da prestação de serviços	14.719	10.770
		Consolidado
	2016	2015
Receita Bruta		
Receita da venda de energia elétrica	285.058	252.568
Receita da prestação de serviços	5.514	1.027
Impostos incidentes sobre receita		
Tributos sobre a venda de energia elétrica	(15.550)	(11.082)
Receita operacional líquida	275.164	242.513

Statkraft Energias Renováveis S.A. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos e despesas por natureza 21

Custos do fornecimento de energia e serviços prestados (a)

		Controladora
	2016	2015
Despesas com pessoal	(12.913)	(5.733)
Viagens e estadias	(175)	(287)
Depreciação e amortização		(143)
Serviços de terceiros	(11)	32
Aluguel	(9)	(30)
Outros	(13)	(12)
	(13.121)	(6.173)

		Consolidado
	2016	2015
Depreciação e amortização	(56.092)	(57.619)
Despesas com pessoal	(4.837)	(149)
Encargos setoriais	(10.287)	(10.480)
Serviços de terceiros	(17.014)	(14.510)
Aluguel	(9)	(30)
Seguros fianças e comissões	(5.107)	(4.308)
Compra de energia	(12.422)	(1.065)
Viagens e estadias	(175)	(287)
Outros	(1.917)	(456)
	(107.860)	(88.904)

(b) Gerais e administrativas

		Controladora
	2016	2015
Estudos em desenvolvimento	(1.806)	(18.584)
Provisões para contingências	(984)	(10.470)
Remuneração dos administradores	(5.535)	(3.846)
Despesas com pessoal	(1.533)	(423)
Serviços de terceiros	(5.856)	(3.529)
Serviços de terceiros com partes relacionadas	(9.129)	
Participação nos Resultados	(633)	(1.467)
Propaganda e publicidade	(175)	(359)
Viagens e estadias	(1.358)	(951)
Aluguel	(761)	(316)
Depreciação e amortização	(512)	(143)
Impostos e taxas	(163)	(72)
Outros	(3.091)	(942)
	(31.540)	(41.102)

22

Statkraft Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado
	2016	2015
Estudos em desenvolvimento	(1.806)	(18.584)
Serviços de terceiros	(8.269)	(5.734)
Serviços de terceiros com partes relacionadas	(9.129)	(0 / 0 1)
Provisões para contingências	(6.013)	(10.470)
Despesas com pessoal	(9.610)	(5.733)
Remuneração dos administradores	(5.535)	(3.846)
Participação nos Resultados	(633)	(1.467)
Encargos setoriais	(3.819)	(3.852)
Viagens e estadias	(1.375)	(951)
Propaganda e publicidade	(433)	(757)
Aluguel	(766)	(316)
Impostos e taxas Seguros fianças e comissões	(423) (20)	(233) (60)
Penalidades	(668)	(690)
Outros	(1.886)	(090) 427
Depreciação e amortização	(512)	(143)
2 oprovingao e amortisação	(50.897)	(52.409)
Resultado financeiro	(0 ***)///	(0 -1-97
		Controledoro
	2016	Controladora 2015
Despesas financeiras		
Com financiamentos	(300)	(15.328)
Comissão de fiança e garantias	(112)	(2.195)
IOF, multas e juros sobre tributos	1.600	(6.281)
Variação monetária passiva	(39)	(462)
Outras despesas financeiras	$\frac{(3.769)}{(2.620)}$	(10.118)
Receitas financeiras	(2.020)	(34.384)
Rendimentos de aplicações financeiras	8.998	5.264
Variação monetária ativa	48	J. = 04
Outras Receitas financeiras	686	7.075
	9.732	12.339
	7.112	(22.045)
		(==== 10)
		Consolidado
	2016	2015
Despesas financeiras		_
Com financiamentos	(41.455)	(62.609)
Comissão de fiança e garantias	(528)	(2.207)
IOF, multas e juros sobre tributos	(818)	(6.479)
Variação monetária passiva	(52)	(64.928)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	(11.255)	(9.018)
Outras despesas financeiras	(15.841)	(17.033)
Receitas financeiras	(69.949)	(162.274)
Rendimentos de aplicações financeiras	99.745	10.014
Variação monetária ativa	23.745	12.314 17.853
Outras Receitas financeiras	51 3.024	7.997
Carac Records manocina	26.820	38.164
	(
	(43.129)	(124.110)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Imposto de renda e contribuição social

(a) Para o exercício em curso

A controladora, assim como sua controlada Monel Monjolinho Energética S.A., optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. Já as demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

		Consolidado
	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(37.836)	(9.404)
Diferido	5.868	(15.424)
	(31.968)	(24.828)
		Consolidado
	2016	2015
Regime de apuração Lucro real		
Imposto de renda	(5.707)	(2.915)
Contribuição social	(2.671)	(1.339)
	(8.378)	(4.254)
Lucro presumido		
Imposto de renda	(16.735)	(14.683)
Contribuição social	(6.857)	(5.891)
	(23.592)	(20.574)
Total do encargo no exercício	(31.970)	(24.828)

(a) Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

		Consolidado
	2016	2015
Lucro (prejuízo) antes dos tributos e das operações descontinuadas	18.479	(32.087)
Exclusões / (Adições) ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	481	
Resultado de participações societárias e operações descontinuadas	(7.982)	8.902
	10.978	(23.185)
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(3.733)	7.883
Resultado da diferença da tributação pelo lucro presumido para		
controladas	9.710	16.945
Exclusão dos tributos diferidos sem perspectiva de realização	(22.915)	
Reconhecimento de tributos contingentes	(15.030)	
Encargo no resultado do período	(31.968)	24.828
Exclusão dos tributos diferidos sem perspectiva de realização Reconhecimento de tributos contingentes	(22.915) (15.030)	

24 Seguros (não auditado)

(a) Seguros de Responsabilidade dos Administradores (D&O Directors and Officers)

A Companhia é cossegurada na apólice detida pela parte relacionada Statkraft Energia do Brasil Ltda. com vigência até 31 de dezembro de 2017.

(b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para Riscos Operacionais para suas usinas, visando a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, com valores em risco e limites de indenização adequados a continuidade de suas operações.

(c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente a companhia possui seguro de responsabilidade civil para suas usinas.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

25.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de a Companhia não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente a

Statkraft Energias Renováveis S.A. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

Statkraft Energias Renováveis S.A. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora				Consolidado
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016					
Fornecedores nacionais	1.061	9.730			
Financiamentos		44.370	86.487	80.759	258.288
Partes relacionadas passivo	1.092	1.629			
Proprietários de Áreas - Servidão	1.405	3.200			
Concessões a pagar	, -	8.107	17.320	19.023	223.614
Em 31 de dezembro de 2015					
Fornecedores	690	12.799			
Financiamentos	13	44.726	95.031	88.805	317.105
Partes relacionadas	616	,	,,,	· ·	0,
Contas a pagar por aquisição de terras	1.905	3.200			
Concessões a pagar	, ,	7.245	16.158	17.747	228.144

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES e BNB (Nota 15), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

(e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco BTG Pactual S.A., na data de 31 de dezembro de 2015, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2016.

Statkraft Energias Renováveis S.A. Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

		Variações adicionais no saldo contáb				ontábil (*)		
	Fator de risco	Valores expostos em 2016	Valores expostos em 2015	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Empréstimos e financiamentos Aplicações financeiras Aplicações financeiras restritas Impacto líquido	CDI CDI CDI CDI	136.397 91.123 227.520	9 68.386 82.356 150.751	9.582 6.401 15.983	14.373 9.602 23.975	19.164 12.803 31.967	23.955 16.003 39.958	28.746 19.204 47.950
Empréstimos e financiamentos Taxas consideradas - % ao ano Taxas consideradas - % ao ano	TJLP CDI TJLP	(231.241) 14,05% 7,50%	(260.322) 9,77% 5,00%	(8.672) 7,03% 3,75%	(13.007) 10,54% 5,63%	(17.343) 14,05% 7,50%	(21.679) 17,56% 9,38%	(26.015) 21,08% 11,25%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, concessões a pagar e partes relacionadas demonstradas a valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, venha a estar próxima de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2016

			Consolidado
	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo			
Aplicação financeira restrita	91.123		91.123
Investimentos ao valor justo		79.462	79.462
Total do ativo	91.123	79.462	170.585
Em 31 de dezembro de 2015			
			Consolidado
	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo			
Aplicação financeira restrita	82.356		82.356
Investimentos ao valor justo		61.330	61.330
Total do ativo	82.356	61.330	143.686

A Companhia possui investimentos nas empresas Ceran - Companhia Energética Rio das Antas S.A. na ordem de 5% e Díesa - Dona Francisca Energética S.A. na ordem de 2,12%, as quais não tem influência significativa e são registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$ 70.184 mil e R\$ 9.278 mil. A companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.

Statkraft Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros por categoria **(f)**

			C	onsolidado
	Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Investimentos não controlados ao valor justo	Total
31 de dezembro de 2016	resultado	CTCCCDIVCIS	ao valor justo	
Ativos, conforme o balanço patrimonial Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Partes relacionadas ativo		140.761 87.806 8.028		140.761 87.806 8.028
Outros ativos		8.979		8.979
Aplicação financeira restrita Investimentos não controlados ao valor justo Propriedades para investimentos	91.123 16.177		79.462	91.123 79.462 16.177
Troproduces para investimentos	107.300	245.574	79.462	432.336
_			Co	onsolidado
	Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Investimentos não controlados ao valor justo	Total
31 de dezembro de 2015	resultado	Creebiveis	ao valoi justo	
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa		79.905		79.905
Contas a receber de clientes		70.113		70.113
Partes relacionadas Outros ativos		9.846 6.647		9.846 6.647
Aplicação financeira restrita	82.356	0.04/		82.356
Investimentos ao valor justo	02.550		61.330	61.330
Propriedades para investimentos	25.250		00	25.250
=	107.606	166.511	61.330	335.447
31 de dezembro de 2016			Cons	<u>solidado</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial Fornecedores nacionais Financiamentos Partes relacionadas passivo Proprietários de Áreas - Servidão Concessão a pagar				9.730 473.868 1.629 7.597 74.119
				JVVIJ
31 de dezembro de 2015 Passivo, conforme o balanço patrimonial Fornecedores Financiamentos Partes relacionadas Contas a pagar por aquisição de terras Concessão a pagar				9.446 512.280 616 3.200 70.311 595.853

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired podem ser avaliadas mediante referencia as classificações externas de crédito (se houver) ou as informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber Contrapartes com classificação externa de crédito (*)				
AA+ A+ AAA			229 1.991	746 2891
AA			240	297
A AA- A-			11.452	7.855
B BBB+ BB+			16	181
DD+			13.928	11.970
Contrapartes sem classificação externa de crédito Grupo 1 Grupo 2 Grupo 3	598	1.087	73.878	57·325 818
Partes relacionadas Grupo 2	20.028	210.318	8.028	9.846
Total de contas a receber e partes relacionadas	20.626	211.405	95.834	79.959
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita				
Caixa em espécie - sem classificação	4	4	4	22
brAAA Local Aaa.br Moody's br.BBB- Local Baa3.br Moody's	63.548	57.605	201.651 30.229	135.375 26.864
	63.552	57.609	231.884	162.261

Legenda:

(*) Rating de classificação Standard & Poor's exceto o rating de classificação BBB(2) obtido pela Fitch Ratings

Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.

Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.

26 Outros riscos operacionais

(a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Como estratégia de mitigação do risco do MRE e diversificação de portfólio o Grupo retirou em 2015 as suas investidas PCH Moinho e PCH Passos Maia deste mecanismo, bem como aderiu às regras da Lei No. 13.203/2015 (conversão da MP 688/2015) para a PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa, e PCH Santa Laura.

(b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

27 Contingências

Saldos de contingências passivas consideradas prováveis pela administração da Companhia. A movimentação ocorrida no exercício de 2106 ocorreu unicamente pela atualização da contingência mantida com a investida BBE - Brasil Bioenergia S/A.

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa, conforme quadro abaixo.

	2016	2015
	Risco possível	Risco possível
Controladora		
Cível	789	200
	2016	2015
	Risco possível	Risco possível
Consolidado		
Cível	1.894	2.172
Administrativo	565	457
	2.459	2.629

Além dos valores apresentados no quadro acima, a Companhia também é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Publico do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$ 1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra a lide.

28 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidad	
	2016	2015	2016	2015
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	(15.393) 143.347	(60.402) 143.347	(15.544) 143.347	(63.770) 143.347
Lucro por ação	(0,10738)	(0,42137)	(0,10844)	(0,44486)

Ações em circulação, conforme normas aplicáveis se referem ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria.

29 Eventos subsequentes

O Grupo Statkraft realizou a cessão dos contratos da ENEX a terceiros, a fim de que as atividades de operação e manutenção passem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após firmado contrato de venda, o fechamento da operação se deu em duas etapas, sendo a primeira em 25 de janeiro e a segunda em 13 de fevereiro de 2017, datas nas quais a ENEX fez: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a ENEX a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

* * *